

## ESPAÇOS DO EDUCAR: conhecimento histórico e Ensino de História

O mundo, desde meados de 2019 até o presente momento, tem passado por uma crise humanitária e de saúde sem precedentes causada pela pandemia relacionada ao coronavírus, SARS-CoV-2 (COVID-19). Essa doença altamente infecciosa e que ataca principalmente o sistema respiratório, ceifou milhões de vidas por todo o planeta. Em 2020, ano mais crítico da pandemia, pois ainda não contávamos com uma vacina específica, não era raro ouvir e ler notícias sobre pessoas, isoladas em suas casas, morrendo sem atendimento ou qualquer tipo de ajuda. Elas, simplesmente, sucumbiam.

O mundo não estava preparado para aquilo. Médicos não sabiam como proceder e procuravam conter os efeitos imediatos da doença. A ciência teve que trabalhar em ritmo muito mais acelerado para dar conta de uma vacina que pudesse controlar o avanço do inimigo invisível, mas de efeito visivelmente devastador. Além disso, a ciência ainda teve que gastar energia para combater outro inimigo, a ignorância e o oportunismo político de determinados grupos e governantes que insistiam e insistem, por razões ideológicas, em desobedecer às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o enfrentamento da COVID-19.

Um dos grandes exemplos disso foi e é o próprio governo brasileiro, que desde o início da pandemia vem negando seus efeitos e agindo, ao que parece, em favor do vírus. Os brasileiros, em vários momentos, puderam ouvir discursos, muitos deles proferidos pelo alto escalão do governo, minimizando a doença, contra o uso de máscaras, contra o isolamento social, a favor da imunidade de rebanho, estimulando, por sua vez, a contaminação generalizada; além disso, tiveram que ficar atentos à

disseminação de informações falsas, principalmente no que se referia ao uso de medicamentos sem comprovação científica e a vacina.<sup>1</sup>

Não precisou de muito tempo para que os efeitos dessa pandemia revelassem, de maneira exacerbada e em diferentes níveis, as desigualdades existentes no mundo. Os grupos socialmente mais vulneráveis e historicamente marginalizados – indígenas, negros e mulheres – foram também os mais atingidos pelos impactos provocados pela pandemia diretamente na economia, assim como pela inabilidade política e administrativa de certos governos. Prova disso é o recente estudo da professora e antropóloga Débora Diniz, publicado no *The Lancet Regional Health – Américas*, que evidencia como mulheres grávidas brasileiras enfrentaram barreiras e foram tratadas de maneira negligente durante a pandemia.<sup>2</sup>

A autora revela que, por falhas no atendimento médico, uma alta taxa de mortalidade por COVID-19 foi registrada entre gestantes. A situação se tornava mais grave por causa da discriminação racial e de gênero, além das condições de pobreza dessas mulheres, na sua grande maioria, negras. O alto índice de morte materna está relacionado à ineficiência dos sistemas de saúde e à incapacidade de gerenciamento da pandemia, conforme sugere o estudo realizado por Débora Diniz em parceria com outros pesquisadores.

A educação foi outro setor bastante afetado por esta incapacidade de gerenciamento da pandemia. As escolas, em resposta à pandemia, passaram longos períodos fechadas em nome da segurança sanitária de seus alunos e profissionais, inviabilizando o acesso e as relações sociais inerentes àquele ambiente. Uma das medidas adotadas para reparar os danos causados pelo fechamento das unidades escolares foi o ensino remoto. Entretanto, o que era uma solução acabou se transformando em mais uma evidência das desigualdades sociais neste país, como as

---

<sup>1</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021.

<sup>2</sup> DINIZ, Debora., et al. Maternal mortality and the lack of women-centered care in Brazil during COVID-19: Preliminary findings of a qualitative study. *The Lancet Regional Health – Américas*, volume 10, junho de 2022. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667193X22000564?via%3Dihub#section-cited-by>> acesso em 06/04/2022.

dificuldades de acesso de famílias à internet; a falta de estrutura e habilidade por parte da família do aluno em situação de ensino remoto; as diferenças entre as redes de ensino, umas com mais estrutura que outras, influenciando diretamente na aprendizagem dos alunos e aumentando, consideravelmente, o índice de evasão escolar. Além disso, a pandemia, o confinamento e o distanciamento social influenciaram negativamente no bem-estar dos educandos e professores, aumentando, inclusive, os níveis de ansiedade e estresse.

A crise gerada pelo COVID-19 apenas potencializou a falta de capacidade do atual governo brasileiro em administrar os recursos públicos do país, principalmente no que diz respeito à gestão da educação, da saúde, da moradia e da segurança pública, como aponta um relatório da OCDE.<sup>3</sup> Este mesmo relatório apresenta dados relevantes sobre os índices educacionais e de desenvolvimento do país a partir dos anos 2000 e revela que entre os anos de 2003 e 2014, o crescimento econômico possibilitou uma elevação nos padrões de vida das pessoas, principalmente por causa de políticas públicas direcionadas às questões sociais, proporcionando com isso uma expansão no acesso à Educação Básica e retirando cerca de 29 milhões de brasileiros da pobreza.

Desde 2015, ainda com base no relatório das OCDE, o Brasil vem enfrentando dificuldades no setor econômico e a pandemia, iniciada em 2020, somente aprofundou ainda mais esse quadro de crise, levando o país a retroceder muito do desenvolvimento ocorrido nos anos 2000, isso em termos de mobilidade social e condições de igualdade. Um dos motivos usados para justificar esse retrocesso seria o aumento da corrupção em setores públicos fundamentais para o país, como saúde e educação.

A educação, um direito social garantido no Brasil pela Constituição Federal, tem sido vilipendiada há muito tempo, mas nos últimos anos ela tem passado por uma série de complicações, principalmente pelo enfraquecimento das leis anticorrupção do país e pela má administração do governo federal no que diz respeito aos recursos

---

<sup>3</sup> OECD (2021), *Education in Brazil: An International Perspective*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>.

destinados ao sistema educacional, da Educação básica ao Ensino Superior. Exemplo disso foram e são os cortes nas verbas promovidos pela atual gestão na pasta da educação<sup>4</sup>, revelando a falta de compromisso para com uma educação pública, de qualidade e democrática.

Amanda Primo, diretora da UNE, ao analisar a relação do governo brasileiro com a Educação, apontou a fala do então ministro da pasta, Milton Ribeiro, em que ele havia declarado que o espaço universitário deveria ser para poucos. Tal declaração, conforme destacado por Amanda, e tantos outros analistas políticos e integrantes de movimentos estudantis, escancarava a verdadeira face do projeto educacional do atual governo: “um projeto de educação excludente, que não tem em seu horizonte programático a acessibilidade e a popularização do ensino superior”.<sup>5</sup>

Um projeto totalmente diferente daquele proposto por Paulo Freire, patrono da educação brasileira, que defendia um ensino libertador, popular e democrático, no qual o indivíduo pudesse, partindo de sua experiência de vida, ler a realidade de forma crítica para assim transformá-la. O mesmo Paulo Freire, reconhecido internacionalmente pela sua filosofia e método de ensino, foi transformado em inimigo declarado da atual administração federal brasileira. Os ataques à Paulo Freire e aos seus métodos evidenciam o caráter autoritário e elitista do governo, deixando claro o seu medo de um povo consciente e esclarecido.

Diante desse cenário de crise política, econômica e social vivenciado pelo mundo e, sobretudo, pelo Brasil nos últimos anos, a Revista Espacialidades, por meio deste volume, sentiu a necessidade urgente de refletir sobre os caminhos da educação brasileira e buscou fazer isso através do dossiê temático *Espaços do Educar: conhecimento histórico e Ensino de História*. Os trabalhos reunidos neste dossiê temático buscam, por meio de diferentes abordagens e perspectivas, tratar da relação entre o espaço, esta

---

<sup>4</sup> SOUZA, Fábio Araújo de; MODENESI, André De Melo. Entre cortes e retrocessos: a combalida educação básica no governo Bolsonaro. *Carta Capital*. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-banco-central/entre-cortes-e-retrocessos-a-combalida-educacao-basica-no-governo-bolsonaro/> > acesso em 06/04/2022.

<sup>5</sup> PRIMO, Amanda. Bolsonaro e a falta de compromisso com a educação e com democratização do ensino. *Brasil de Fato*, Fortaleza, 9 de setembro de 2021. Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/09/artigo-bolsonaro-e-a-falta-de-compromisso-com-a-educacao-e-com-democratizacao-do-ensino> > acesso em 06/04/2022.

construção humana e produto das relações sociais, e o ensino de história, que se constitui enquanto uma ferramenta importante para o debate sobre as novas perspectivas historiográficas, assim como para os debates de natureza epistemológica, contribuindo com importantes reflexões para processo educativo, produção de materiais didáticos e projetos curriculares.<sup>6</sup>

A discussão espacial se fundamenta nas especificidades e nas experiências de cada sociedade, levando em consideração os diversos momentos históricos e as diferentes formas de cultura, de sociabilidades, de organização política e econômica. O espaço, contudo, não se restringe à sua dimensão material ou aos seus limites físicos, podendo ser percebido também nas suas dimensões simbólicas, nas mentalidades, no imaginário e nas sensibilidades. Nesse sentido, o ambiente escolar ganha dimensões que vão além das paredes das salas aula e dos muros da escola. Ele ganha uma sorte de sentidos que englobam, a partir das relações sociais ali desenvolvidas, os territórios e as territorialidades que surgem entre tensões, colaborações e conflitos.

É neste sentido que o espaço escolar se constitui como campo fértil para reflexões espaciais. Há espaços construídos, praticados, impostos, inventados, imaginados, além de uma série de outras possibilidades. O suporte para o estudo dessas espacialidades é diverso e engloba discussões sobre vários elementos, como a própria escola, o livro didático, a base curricular, as políticas públicas voltadas para a Educação, o ensino em espaços não formais, dentre outros.<sup>7</sup>

Os textos publicados no presente dossiê foram selecionados a partir do interesse da Revista Espacialidades em reunir trabalhos que dessem conta das várias óticas espaciais do ensino e da aprendizagem, desde questões relacionadas aos espaços ocupados pelas diversas metodologias e instrumentos pedagógicos, estudos dedicados a refletir sobre as territorialidades do Ensino de História e os vários espaços a partir

---

<sup>6</sup> BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*. 32 (93), 2018.

<sup>7</sup> SOARES, Jandson Bernardo. *Espaço escolar e livro didático de história no Brasil: a institucionalização de um modelo a partir do Programa Nacional do Livro Didático (1994 a 2014)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de pós-graduação em História, 2017.

dos quais o conhecimento deste campo é produzido e divulgado; além de pesquisas que abordassem as mais diversas vertentes do ato de educar, como, por exemplo, a observação dos lugares de memória, dos espaços patrimoniais e museológicos, do ciberespaço, dentre outras possibilidades.

Assim, abrindo o dossiê temático temos o artigo *O lado verde da casa azul: o jardim de Frida Kahlo como espaço para o ensino de história* de Wesley Oliveira Kettle, doutor em história e professor na Faculdade de História, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História na Universidade Federal do Pará, e Victória Emi Murakami Vidigal, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri) na Universidade Federal do Pará (UFPA). A partir de uma experiência educacional realizada com alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, uma visita virtual ao Museu Frida Kahlo, também conhecido como *La Casa Azul*, os autores buscaram apresentar ao leitor uma análise sobre o jardim do Museu como um lugar para o ensino de história. O jardim, inaugurado em julho de 1958, quatro anos depois da morte de Frida Kahlo, pode ser entendido, segundo os articulistas, como um lugar de memória, assim como espaço patrimonial e museológico, se tornando um local privilegiado para a discussão do conceito de espaço, além de direcionar os alunos para a perspectiva ambiental da história.

Na sequência temos o texto Denisse Kátia Soares Omar, doutoranda em História da África e professora na Universidade Rovuma, Moçambique, intitulado *A importância da valorização da história local no ensino de história em Moçambique*. Autora realiza uma reflexão sobre História Local e sua importância para o ensino de história em Moçambique através de uma revisão bibliográfica. Pensar este processo, conforme destacado por Denisse, partiu do completo esmagamento da história local do povo moçambicano, principalmente no que diz respeito ao ensino, durante o período marcado pelos anos de Governo colonial. Moçambique sofreu com os efeitos da colonização portuguesa por cerca de 500 anos, tornando-se um país independente somente em 1975. O novo Governo, nas palavras da autora, “foi obrigado a reorganizar todo o currículo do sistema de educação”, a fim de que este refletisse o

novo momento político e social do país. Nesse sentido, a autora buscou apresentar aos leitores algumas estratégias para inserção da história local no Ensino Básico em Moçambique.

O artigo *Aprendizagem histórica na infância: imaginação e saber histórico no espaço escolar do Núcleo de Educação Infantil (1988-2006)*, de Thábata Araújo de Alvarenga, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, apresenta uma discussão sobre o espaço escolar a partir das narrativas produzidas pelas crianças que estavam em processo de alfabetização no Núcleo de Educação infantil (NEI-CAP-UFRN), escola de aplicação vinculada ao então Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1988 e 2006. De acordo com a autora, que se fundamenta, principalmente, nas categorias de imaginação histórica e aprendizagem histórica, a partir dos postulados teóricos produzidos, sobretudo, por Hayden White e Jörn Rüsen, a cultura escolar e os saberes históricos produzidos naquela escola acabaram influenciando no processo de formação e o pensamento daquelas crianças.

O texto *E nos dias de hoje, querem que volte esta época: o anticomunismo em narrativas de estudantes sobre ditadura militar*, de Andréa Mazurok Schactae e Dra. Christiane Marques Szesz, doutoras em História pela Universidade Federal do Paraná e pela Universidade de Brasília, respectivamente, traz uma análise das representações que estudantes de Ensino Médio Técnico Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) – Campus Telêmaco Borba, produziram a respeito das ditaduras instauradas na América Latina. Para a realização deste estudo, as autoras se fundamentaram nos conceitos de memória coletiva, representações sociais e consciência histórica, valendo-se das contribuições de Halbwachs, Jedlowski e Rüsen, respectivamente. O artigo destaca como, nas representações relativas aos golpes militares, ainda predominam resíduos de narrativas anticomunistas, mesmo entre adolescentes e jovens, especialmente devido à circulação de narrativas dessa natureza por meio das redes sociais.

Dando continuidade à sequência de textos que compõe o dossiê temático deste volume, apresentamos o artigo intitulado *Dimensões do ensinar história e suas*

*materialidades: um estudo em escolas localizadas no meio rural de Ituiutaba- MG, Brasil*, de Astrogildo Fernandes da Silva Júnior e Marcos Flávio Alves Leite, doutor e mestre em Educação, respectivamente. A partir de uma revisão bibliográfica, entrevistas e observação direta, os autores analisaram as dimensões de ensinar História nos anos finais do ensino fundamental em escolas localizadas no meio rural de Ituiutaba, Minas Gerais. Para eles, ensinar História exige do profissional um posicionamento político e um olhar crítico sobre o presente e o passado para poder se pensar nas possibilidades do futuro. Dessa maneira, a História assume um papel importante na formação da consciência histórica e na construção de identidades, segundo os autores. É partindo destas considerações que Astrogildo Fernandes e Marcos Flávio se questionaram sobre a maneira como os professores de história do meio rural ensinavam história para seus alunos e como esse ensino se materializava nas práticas destes profissionais, onde chegaram à conclusão de que por meio do ensino de história é possível valorizar a luta e os sujeitos do campo.

*O lar como espaço de aprender em tempos de pandemia* é o artigo escrito por Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti, mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, no qual a autora discute como os espaços educativos escolares tiveram que ser ressignificados no lar durante o período marcado pela pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19). De acordo com a autora, o lar era o local considerado pelos sujeitos como o lugar da vida particular e privativa, percepção que se modificou com a pandemia. O lar passou a assumir um novo formato, mudando seu propósito, assumindo a configuração de local de ensino, bem como da vigilância e da visibilidade que antes cabia a escola. A autora fundamenta suas reflexões no pensamento de Michel Foucault, sobretudo nos conceitos de *Biopolítica* e *Biopoder*, para ajudar a pensar as duas modalidades de ensino emergencial, o modelo remoto e o híbrido, buscando com isso compreendê-las como dispositivos de segurança.

Júlia Maria de Araújo Lisboa, graduanda em História pela Universidade Federal de Pernambuco e membro do Laboratório de Aprendizagem e Ensino de História (LAEH-UFPE), é autora do artigo *Consciência histórica e livros didáticos do ensino fundamental: Uma ferramenta de combate ao racismo*. O texto apresentado escrito por Júlia



é fruto dos resultados que ela obteve enquanto bolsista de Iniciação Científica, condição que a possibilitou analisar os livros didáticos de História, em suas palavras, mais utilizados pela rede municipal de educação de Recife-PE. A autora apresenta aos leitores uma análise dos livros didáticos voltada para a questão racial, ou seja, examinado como os conteúdos relacionados à história da África e a personagens negros são abordados nestes livros. Júlia Maria se fundamenta, sobretudo, na concepção de Jörn Rüsen de *consciência histórica*, conceito basilar, segundo a autora, para a edificação de uma mentalidade antirracista nos estudantes que têm acesso àquele material. Além disso, a autora ainda dialoga com as teorias de Paulo Freire e com a visão de Abdias do Nascimento sobre o genocídio do negro brasileiro.

*Ler é poder: a criação das bibliotecas populares na cidade do Recife nas décadas de 1940-1960* é o texto de Rosana Maria dos Santos, doutoranda em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A autora analisou o processo de criação de bibliotecas populares na cidade do Recife entre as décadas de 1940 a 1960 e como isso contribuiu para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas às classes populares. Foi neste período, conforme apontado por Rosana, que os primeiros passos em direção ao processo de politização da cultura e da educação foram dados no Recife. A autora argumenta que as bibliotecas populares conseguiram levar à população mais carente de recursos econômicos e culturais o acesso à leitura, algo bem diferente do que acontecia até meados do século XIX, quando esta parcela da população era impedida de usufruir dos bens públicos de uso coletivo como as praças e os parques. Por fim, Rosana Maria chega à conclusão de que a apropriação literária proporcionada aos populares foi definida e controlada pelo Estado, através das elites intelectuais do Recife no período examinado por ela.

O artigo *As representações da elite são-joanense sobre o desenvolvimento da instrução escolar: um estudo de caso no Astro de Minas (1827-1839)*, escrito pelo mestrando em história do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São João del-Rei Vinicius Breneer Silveira, trata das representações da elite política e social da vila São João del-Rei sobre a instrução escolar no período de 1827 a 1839. Para alcançar este

objetivo, o autor usou como fonte privilegiada o periódico *Astro de Minas*, jornal que se pretendia ser um veículo formador da opinião pública sobre a educação a partir dos valores liberais. Neste sentido, o Vinícius Breneer buscou identificar uma certa produção de sentidos sobre a educação mineira a partir de um grupo específico, que se utilizava daquele jornal para noticiar e também doutrinar os indivíduos, fazendo isso através da propagação de uma determinada visão sobre a educação alinhada a uma ideia de progresso, tanto regional quanto nacional.

Escrito pelos historiadores Allyson Iquesac Santos de Brito e Eduardo Permínio Leite, o artigo intitulado *A importância da cultura material e histórica como método de ensino-aprendizagem em Caicó-RN* traz reflexões sobre a importância da Educação Patrimonial no processo de ensino-aprendizagem dos educandos. Os autores se basearam em uma experiência educacional, uma aula de campo, promovida por eles, enquanto professores do PIBID-História, aos alunos do 1º ano do Ensino Médio de uma escola localizada na cidade de Caicó-RN. Percorrendo pontos históricos da cidade, os professores tiveram a oportunidade de discutir com os alunos alguns conceitos, como o de memória, importantes para compreensão deles enquanto sujeitos históricos, críticos e atuantes na sociedade em que vivem. Isto se insere naquilo que Francielle Alves Difante, mestrandia em Educação na Universidade Federal de Santa Maria, discutiu em seu artigo – *Considerações sobre Educação Histórica e Ensino de História* – sobre a perspectiva da Educação Histórica.

De acordo com autora, mais do que uma tentativa de pensar a relação ensino-aprendizagem, a perspectiva da Educação Histórica é uma corrente teórica e prática que propõe a legitimação da História enquanto disciplina de conhecimento e de explicação das ações humanas, tanto no mundo, quanto do próprio ser humano enquanto indivíduo e sujeito. A autora buscou apresentar reflexões sobre a relação entre aquela perspectiva e o Ensino de História, se baseando nas ideias de Jörn Rüsen e Peter Lee no tocante à noção de consciência histórica, que Francielle entende como fundamental do processo de construção do conhecimento, da identidade e formação histórica do sujeito.

Na sequência temos o artigo *Processos trabalhistas, memórias e história: preservação e utilização de documentos da Justiça do Trabalho no ensino de História*, da historiadora Patrícia Moraes, mestranda em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, reflete sobre a importância da preservação de documentos produzidos pela Justiça do Trabalho no Brasil e os seus usos para fins didáticos. Sua principal contribuição consiste justamente na proposição de abordagens didáticas dos processos trabalhistas, abordando exemplos concretos com base nas experiências do Laboratório de História e Memória da Universidade Federal de Pernambuco e Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região (LAHM-UFPE/TRT6). Às professoras e professores que buscam sugestões de atividades de História voltadas para o Ensino Básico que possibilitem o manejo de fontes em articulação com o ensino, este artigo oferece cintilações bastante interessantes.

O texto *Aprender na cidade: entre o dédalo e o labirinto*, produzido por Carina Martins Costa, doutora em História Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas, e por Thaísa de Queiroz Muniz, mestre em História pelo Prof-História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, traz uma reflexão sobre o aprendizado da História na cidade a partir das metáforas do dédalo e do labirinto, inspiradas na reflexão do etnógrafo Tim Ingold, e dos conceitos de imaginação e aprendizagem histórica. Além disso, as autoras dialogam com uma pedagogia do pedestre, esta capaz de mobilizar afetos e sensibilidades na relação do indivíduo com sua cidade. Nesse sentido, elas buscam demonstrar a necessidade do *flanar*, de modo que tal exercício deve começar nas escolas.

O artigo *Dilemas de Clio: o ensino de História na contemporaneidade* é fruto de uma revisão bibliográfica realizada por Iraildes Pereira e Silva, mestranda pelo Prof. História da Universidade Estadual do Piauí. A autora tratou de alguns desafios enfrentados pelo Ensino de História na contemporaneidade, em meio a uma sociedade marcada pelo negacionismo histórico e o advento do movimento “escola sem partido”, de modo que seus questionamentos contribuem para o conjunto de reflexões acerca do papel do profissional da história nos seus espaços de atuação, seja na sala de aula do Ensino Básico ou nas universidades.

As historiadoras Nathália Pereira Cabral, Tainá Agostinho Cardoso e o historiador Égar Preis Junior, a partir de suas experiências e vivências no Centro de Memória e Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (CEDOC/UNESC) no ano de 2017, produziram o seguinte trabalho: *Centros de memória e a educação em espaços não formais: experiências teóricas e metodológicas nos laboratórios do CEDOC/UNESC*. O objetivo do grupo foi analisar a função social do espaço em sua comunidade local e regional, a cidade de Criciúma, localizada no sul de Santa Catarina. A pesquisa revelou que o espaço do CEDOC tanto atua como local de salvaguardar a memória e a história local e regional, quanto tem a função de difundir e apresentar à comunidade a trajetória da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e do curso de História, proporcionando um rico diálogo e estreitando os laços entre a universidade e a comunidade local.

Eduardo Pugliesi, doutorando em Educação na Universidade Federal da Paraíba, é o autor do artigo *O imaginário social cristalizado na história pelas imagens visuais*. Neste trabalho, Pugliesi buscou evidenciar, a partir da análise de imagens presentes na obra *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, a importância que o ensino de história do Brasil tem na construção imagética dos grandes acontecimentos e seus respectivos “heróis” para a configuração da memória nacional. De acordo com autor, as imagens visuais não são e nunca serão neutras, de modo que elas conseguem expressar um conjunto de concepções de seu tempo e tem uma finalidade específica de representar determinada realidade, de explicitar os anseios e desejos dos grupos dominantes ao serem usadas para ilustrar, auxiliar, dar ênfase e contar uma determinada história aos estudantes, por exemplo. O autor se ancorou no pensamento de Michael Foucault para analisar este conjunto de imagens, realizando uma espécie de Análise Arqueológica do Discurso.

Abrindo a seção livre temos o artigo *Reassentamentos em Moçambique: a produção de novos territórios e de novas identidades* de Isidoro Jacob Valia, mestre em Sociologia, escrito em parceria com Elmer Agostinho Carlos de Matos, doutor em Geografia e professor na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Os autores, observando as implicações dos processos de reassentamento nas comunidades atingidas pelos

megaprojetos de mineração em Moçambique, discutiram, a partir de uma revisão bibliográfica, como os conceitos de território e identidade se relacionam. De acordo com os articulistas, foi possível constatar que tanto as identidades como os territórios são processos passíveis de mudanças, são dinâmicos, de modo que os processos de reassentamento, que implicam, por sua vez, a desterritorialização e a reterritorialização, são a materialização dessas metamorfoses.

Na sequência temos o texto *Revolução pelo morar: transformação social e cultural por meio dos projetos habitacionais soviéticos* de Lucas Martinez Knabben, graduando do curso de História da Universidade Federal de São Paulo e membro do Grupo de Pesquisa Cidade, Arquitetura e Patrimônio em Perspectiva Histórica (CAPPH). O autor analisou, por meio de uma revisão bibliográfica sobre a questão habitacional na União Soviética, como a arquitetura construtivista soviética foi atuante tanto para a resolução de seus problemas habitacionais quanto para nortear a mudança social em seu país a partir de uma política pública desenvolvida pelas lideranças revolucionárias, pois, conforme apontou Lucas, a arquitetura moderna tinha o objetivo de gerar novos espaços e novas técnicas, adequando o mundo a novas maneiras de morar.

*A presença do cinema e a construção de espaços de sociabilidade em Cajazeiras-PB (1950-1980)* é o título do trabalho escrito por José Antônio da Silva Neto, Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e Viviane Gomes de Ceballos, doutora em História e professora no curso de licenciatura em História do Centro de Formação de Professores da UFCG. Os autores, fazendo uso da História Oral, analisaram os espaços de sociabilidade no território urbano da cidade de Cajazeira, na Paraíba, principalmente a partir do cinema, ou melhor, do caráter social da frequência deste espaço, das relações sociais existentes através das experiências que o deslocamento pelas ruas da cidade promovia entre os moradores. Nas palavras dos autores, ao lado do entretenimento, da diversão que os filmes poderiam legar ao seu público, o prazer de se deslocar por entre as ruas da cidade ao lado de alguém querido era o complemento ideal da experiência de ir ao cinema.

O artigo intitulado *Quando ecoou os motores e os aparelhos modernos: dilemas, conflitos e tensões da modernidade em Aldeias Altas-MA (1960-1980)* é de autoria dos historiadores

Ellyson Eduardo dos Santos Roque e Marcus Pierre de Carvalho Baptista e trata do processo de modernização inerente à cidade Aldeias Altas, localizada no estado do Maranhão. Para dar suporte à investigação, os autores analisaram jornais locais do período e entrevistas articulando tais fontes com um aporte teórico sobre os conceitos de modernidade e modernização que inclui, dentre outros, Marshall Berman e Nicolau Sevcenko. Conforme apontado pelos autores, no caso de Aldeias Altas, foi possível perceber as tensões, conflitos e dilemas provocados pela modernidade por meio dos problemas ocorridos em decorrência da presença do automóvel a partir dos anos 1960, bem como modificações no cotidiano dos sujeitos com a instalação do telefone, correios e da televisão em praça pública nos anos 1980.

Fechando a seção livre temos o artigo de Mariana Silva Rodrigues, graduanda do curso de História da Universidade Federal do Maranhão, intitulado *Uma análise das cosmovisões africanas de Kiriku e a feiticeira: o espaço fílmico, representações não-eurocêntricas e suas discussões*. A autora analisou o curta metragem franco-belga Kiriku e a feiticeira tendo em vista as cosmovisões africanas que estão presentes nele. De acordo com Mariana, o filme em análise apresenta desde os aspectos simbólicos até as vestimentas, de modo que a representação do sujeito africano se diferencia das produções normalmente consumidas. A autora destaca ainda que a relevância do filme ultrapassa o seu caráter de entretenimento, permeando, por sua vez, relações intrínsecas que ajudam na compreensão da história cotidiana de expressões africanas. Por fim, a articulista concluiu que as cosmogonias que fazem parte do desenvolvimento da narrativa não se confundem com as tradições europeizadas exatamente em função da pluralidade que as cosmogonias apresentam a partir da inclusão de produções cinematográficas que reconhecem a particularidade do sujeito africano.

Por fim, o dossiê temático *Espaços do Educar: conhecimento histórico e Ensino de História* apresenta ainda três entrevistas inéditas, analisando e discutindo o Ensino de História por múltiplos vieses. Na primeira delas, intitulada *Narrativas históricas em disputa: o Ensino de História em tempos de crise*, a Equipe Editorial da Revista Espacialidades entrevistou por escrito a professora Dr<sup>a</sup> Cristina Meneguello, da UNICAMP. A professora Meneguello coordena a aplicação da Olimpíada Nacional

de História do Brasil desde 2009 e apresenta o olhar de quem desenvolve ações no sentido da dinamização do ensino de História, analisando questões atuais da prática docente e da construção do saber histórico, tais como o uso de narrativas sobre o passado, discursos negacionistas e redes sociais.

A segunda entrevista, realizada pelo professor Dr. Bruno Balbino Aires da Costa, intitulada *Entrevista realizada por escrito com a prof<sup>a</sup> Dr<sup>o</sup> Denise Mattos Monteiro*, percorre o caminho da formação do profissional de História, mas dando ênfase à trajetória de formação acadêmica da professora, sua atuação na militância política e sua dedicação ao ensino da História Local no Ensino Superior. A professora Dr<sup>a</sup> Denise Monteiro atuou no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde – além de ministrar disciplinas como História Econômica do Brasil, História do Rio Grande do Norte e História do Brasil Colônia – desenvolveu o projeto “Formação do acervo bibliográfico: história e historiografia regional/RN”, cujo material coletado foi uma importante contribuição para a formação de professoras e professores de História no estado.

Por fim, Jandson Bernardo Soares e Matheus Oliveira da Silva entrevistaram o professor Dr. Itamar Freitas Freitas (Universidade Federal de Sergipe), tendo os campos do ensino de história como norteadores. Intitulada *O(s) capo(s) do ensino de História, histórico, perspectivas e desafios*, a entrevista desenvolve um rico balanço a respeito do campo do ensino de História, desde os principais aportes teóricos e metodológicos, às dificuldades e perspectivas para o desenvolvimento do campo.

A Equipe Editorial deseja que este volume – sobretudo seu Dossiê temático – seja de grande contribuição não apenas para a área de História e Espaços, mas também para o campo do Ensino de História. Aqui estão artigos e entrevistas de excelência, que agregam grandes discussões sobre como a educação, o ensino de História e a formação dos espaços dialogam, geram atritos e constroem novas formas de se interpretar o processo de ensino e aprendizagem da disciplina. Nosso propósito maior é promover não apenas a divulgação do conhecimento, mas, também, fomentar discussões que contribuam com abordagens democráticas e éticas sobre o

conhecimento histórico e como ele é usado e apropriado por sujeitos, instituições e o Estado.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura,

Profa. Dra. Fabíula Sevilha  
**Editora Responsável da Revista Espacialidades.**

Ana Lunara da Silva Moraes  
Andressa Freitas dos Santos  
Francisco Leandro Duarte Pinheiro  
Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho  
Khalil Jobim  
Matheus Pinheiro da Silva Ramos  
Rafael Fiedoruk Quinzani  
Rannyelle Rocha Teixeira  
Talita Alves da Cruz  
Tyego Franklim da Silva  
**Equipe Editorial da Revista Espacialidades**